

Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* em Direito da Regulação Plano de Ensino

▪ **Disciplina:** Governança Regulatória Ambiental

▪ **Curso:** Doutorado

▪ **Tipo Disciplina:** Eletiva específica

▪ **Carga Horária:** 45h (3 créditos)

▪ **Ementa:**

Agências reguladoras e o modelo de organização institucional regulatória em matéria ambiental no Brasil. Deferência técnica. Comando e controle, incentivos econômicos e falhas institucionais. Ativismo judicial em matéria ambiental. Desconfiança institucional sistêmica. Atuação do Ministério Público e demais legitimados para o controle social de políticas públicas ambientais. Sistema de competências e modelo federativo. Tragédia do anti-bem comum. Segurança jurídica e custo social. Risco e incerteza. Análise custo-benefício. Análise de impacto regulatório. Prevenção e precaução. Instituições e instrumentos de regulação. Participação social.

▪ **Objetivos:**

- ✓ Compreender a organização das instituições com competência regulatória em matéria ambiental;
- ✓ Contextualizar o modelo de instituições regulatórias em matéria ambiental no Brasil à luz do modelo de agências reguladoras;
- ✓ Entender a construção do sistema de comando-e-controle e incentivos econômicos confrontando-as com a literatura de falhas governamentais;
- ✓ Analisar como as falhas governamentais incrementam o ativismo judicial em matéria ambiental;
- ✓ Refletir sobre a atuação e consequências (custos sociais) da atuação do Ministério Público e demais legitimados para o controle de políticas públicas ambientais face ao ativismo judicial;
- ✓ Examinar como o modelo de repartição de competências em matéria ambiental pode representar a tragédia do anti-bem comum.

▪ **Temas e Bibliografia:**

Teoria da Ação Coletiva

Bibliografia obrigatória:

OLSON, Mancur. *The Logic of Collective Action: Public Goods and the Theory of Groups*. Harvard Economic Studies, 1971.

A governança do bem comum

Bibliografia obrigatória:

OSTROM, Elinor. *Governing the Commons. The Evolution of Institutions for Collective Action*, Cambridge University Press. (2015).

Introdução à Governança Ambiental

Bibliografia obrigatória:

EVANS, J. P. *Environmental Governance*. Londres: Routledge, 2012.

Histórico das instituições regulatórias em matéria ambiental no Brasil

Bibliografia obrigatória:

GUERRA, Sérgio. A regulação ambiental no Brasil deve ser exercida por entidades independentes? In: SAMPAIO, Rômulo S. R., LEAL, Guilherme e REIS, Antonio (Orgs.). *Tópicos de Direito Ambiental – 30 anos da Política Nacional do Meio Ambiente*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

SAMPAIO, R. S. R. *Regulação Ambiental*. In: GUERRA, Sérgio (org.). Rio de Janeiro: FGV Editora, 2013.

O modelo de agências reguladoras

Bibliografia obrigatória:

ARAGÃO, Alexandre Santos. *Agências Reguladoras e a Evolução do Direito Administrativo Econômico*. São Paulo: Gen|Forense, 2013.

Deferência técnica

Bibliografia obrigatória:

JORDÃO, Eduardo. *Controle Judicial de uma Administração Complexa*. São Paulo: Malheiros, 2016.

Falhas institucionais (governamentais)

Bibliografia obrigatória:

FIELD, Barry C.; FIELD, Martha K. *Environmental Economics. An Introduction*. MacGraw-Hill Irwin. 7th ed., 2017.

Instituições, normas e atores na governança ambiental

Bibliografia obrigatória:

EVANS, J. P. *Environmental Governance*. Londres: Routledge, 2012.

Controle social de políticas públicas ambientais

Bibliografia obrigatória:

POST, Robert. *Democracy, Expertise, and Academic Freedom: A First Amendment Jurisprudence for the Modern State*, Yale University Press, 2012.

Sistema de repartição de competências e modelo federativo

Bibliografia obrigatória:

FIELD, Barry C.; FIELD, Martha K. Environmental Economics. An Introduction. MacGraw-Hill Irwin. 7th ed., 2017.

Tragédia do anti-bem comum

Bibliografia obrigatória:

HELLER, Michael A.. The Tragedy of the Anticommons: Property in the Transition. From Marx to Markets, Harv. L. Rev. 111, no. 3 (1998).

Risco e Incerteza / Precaução e Prevenção

Bibliografia obrigatória:

FARBER, Daniel A.. Uncertainty. 99 Georgetown Law Journal 901, April 2011.

Ciência, Direito e Política Pública

Bibliografia obrigatória:

PERCIVAL, Robert V., SCHROEDER, Christopher H., MILLER, Alan S., LEAPE, James P. Environmental Regulation: Law, Science, and Policy. Nova York: Wolters Kluwer, 8 ed., 2018.

Governança adaptativa / Governança Global

Bibliografia obrigatória:

EVANS, J. P. Environmental Governance. Londres: Routledge, 2012.

Participação social

Bibliografia obrigatória:

HOROWITZ, Leah S. & WATTS, Michael J. Grassroots Environmental Governance. Community engagements with industry. Londres: Routledge, 2017.

▪ Bibliografia complementar:

ACKERMAN, Bruce A.; STEWART, Richard B.. Reforming environmental law: the democratic case for market incentives. Revista de Direito Administrativo, Rio de Janeiro, v. 272, p. 13-43, out. 2016. ISSN 2238-5177. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda/article/view/64295/62506>.

COASE, R. H.. 1960. "The Problem of Social Cost". The Journal of Law & Economics 3. [University of Chicago Press, Booth School of Business, University of Chicago, University of Chicago Law School]: 1–44. <http://www.jstor.org/stable/724810>.

FARBER, Daniel A.. Uncertainty. 99 Georgetown Law Journal 901, April 2011.

GOKLANY, Indur M.. The Precautionary Principle. A Critical Appraisal of Environmental Risk Assessment. Cato Institute. 2001.

HARDIN, Garrett. "The Tragedy of the Commons", Science 13 Dec 1968: Vol. 162, Issue 3859, pp. 1243-1248.

HELLER, Michael A.. The Tragedy of the Anticommons: Property in the Transition. From Marx to Markets, Harv. L. Rev. 111, no. 3 (1998): 621-88.

JEHLE, Geoffrey A. e Reny, Philip J. Advanced Microeconomic Theory. Editora Pearson, 2011.

JORDÃO, Eduardo. Controle Judicial de uma Administração Complexa. São Paulo: Malheiros, 2016.

MANKIW, N. Gregory. Princípios de Microeconomia. São Paulo, Pioneira Thomson Learning, 2005.

MARQUES, Floriano de Azevedo. Bens Públicos. Função social e exploração econômica. Editora Forum. 2009.

POST, Robert. Democracy, Expertise, and Academic Freedom: A First Amendment Jurisprudence for the Modern State, Yale University Press, 2012.

POST, Robert. Participatory Democracy and Free Speech. Virginia Law Review, V. 97, N. 3, May, 2011, https://www.jstor.org/stable/41261516?seq=1#page_scan_tab_contents.

RANDALL, Alan. Risk and Precaution. Cambridge, 2011.

SAX, Joseph L.. The Public Trust Doctrine in Natural Resources Law: Effective Judicial Intervention. Michigan Law Review. 471, 1969.

SUNSTEIN, Cass R.. Laws of Fear. Beyond the Precautionary Principle. Cambridge. 2005.

SUNSTEIN, Cass R.. O Mundo Real da Análise Custo-Benefício: 36 Questões (E Quase Tantas Respostas Quanto). RDA. V. 266. Mai/ago. 2014.

VARIAN, Hal R. Microeconomia: Princípios Básicos. Editora Campus, 2006.

WEISBERG, Herbert I.. Willful Ignorance The Mismeasure of Uncertainty. Wiley. 2014.